

COORDENAÇÃO
Carlos Fortuna

EQUIPA EDITORIAL
Ana Serrano
Bernardo Fazendeiro
Cristela Bairrada
Rita Martins

MIL FOLHAS

BOLETIM QUADRIMESTRAL

1 2 9 0

FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



ABERTURA
**LER, MEDITAR
E APONTAR:
UMA ÉTICA DO TRABALHO
INTELLECTUAL**
José Augusto Cardoso Bernardes .2

REFLEXÃO
**A FAZER
UNIVERSIDADE**
*Luís Lopes
e Margarida Antunes .3*

DEPOIMENTO
**DEMO-
BIBLIODIVERSIDADE**
Paula Sequeiros .4

OUTRAS BIBLIOTECAS
**BIBLIOTECA
JACQUES DELORS**
Célia Santos e Carlos Medeiros .6

HOMENAGEM
**PEDRO
NOGUEIRA RAMOS**
Luís Cruz .7

SUGESTÕES DE LEITURA
.8

LER, MEDITAR E APONTAR: UMA ÉTICA DO TRABALHO INTELECTUAL

José Augusto Cardoso Bernardes — FLUC



Durante muito tempo, a Joanina foi a biblioteca principal da Universidade. Mesmo depois de o edifício novo ter entrado em funcionamento (1962), a Casa da Livraria, construída no início do século XVIII, continuou a ser a referência maior das bibliotecas universitárias. No investimento que ela representou e no aparato artístico que a caracteriza se reflete sobretudo o apreço pelo livro que então existia em Coimbra.

Há muitos sinais desse apreço disseminados pelo edifício. Um deles encontra-se à entrada, do lado de dentro, num Latim perfeito, que pode ser traduzido desta forma:

“Este lugar adornado com livros está à disposição de todos. Ao entrar aqui lede os escritores e sereis doutos. Esta é a norma para o vosso estudo: que a mente leia e medite; que a pena aponte.”

Repare-se que o texto começa com um convite “democrático”, para que todos entrem e prossigam com a promessa de que o contacto com os livros assegura proveito: “lede os escritores e sereis doutos”. O que mais sobressai, contudo, é a explicitação de uma “norma de estudo”, desdobrada em três atividades: a leitura, a reflexão e a escrita.

Sabemos que as exortações não se limitam a exprimir um ideal. Advertem também para a necessidade de evitar certos riscos. Ao estabelecer o imperativo de apontar, por exemplo, parece prevenir-se um perigo bem concreto: o estudo passivo, que se limita à simples memorização. Neste contexto, apontar significa escrever com a própria mão, ou seja, interiorizar, transformar a informação que se colhe na

“(...) sejam eles digitais ou analógicos, os livros continuam a ser insubstituíveis no processo de enriquecimento pessoal.”

leitura em conhecimento que se pode reutilizar. Pode então perguntar-se: até que ponto se mantém atual esta ética do trabalho intelectual? Existe ainda uma conduta recomendável para quem estuda?

A frequência regular de uma biblioteca continua a exigir motivação. Mais ainda do que naquele tempo, é necessário haver uma atitude de acolhimento que favoreça a aproximação aos livros. De uma maneira ou de outra, quando entramos numa biblioteca aceitamos a suspensão de um conjunto de atividades a que estamos habituados. É necessário cumprir o preceito do silêncio, por exemplo. Sem silêncio não existe concentração. E sem ela nada se consegue em termos de conhecimento sólido. Mas o silêncio quase desapareceu do nosso quotidiano... Mesmo quando está dentro de uma biblioteca, o/a estudante, o/a pesquisador/a (até o/a funcionário/a) não abandona os seus gadgets. Pode manter os telemóveis em silêncio, mas conserva-os ativos. As notificações continuam e sucedem-se numa cadência de segundos. Perante esse caudal indiscriminado, o cérebro não encontra tempo para pensar. É possível ler (ainda que de forma descontínua) mas não existem condições para cumprir as duas últimas etapas que se recomendam na inscrição latina: meditar e apontar.

Há dois ou três séculos atrás, a Joanina funcionava de acordo com o ritmo solar (no inverno, abria às

10 da manhã e podia encerrar às 16h00). Nas estantes só havia obras escolhidas, que se consideravam eficazes na transmissão do saber. O perigo de dispersão era, por isso, bem pequeno. Existiam os “livros certos” e quase não existia mais nada.

Ora, os documentos são hoje muito mais numerosos e encontram-se acessíveis não apenas em estantes, mas também no terminal dos computadores, em quantidade e em variedade que podem até causar desorientação.

E, no entanto, sejam eles digitais ou analógicos, os livros continuam a ser insubstituíveis no processo de enriquecimento pessoal. Meditar a partir deles, “apontando” o que nos ensinam ou aquilo que despertam na nossa inteligência e na nossa sensibilidade continua a ser um excelente modelo de trabalho académico.

O ambiente solene da Joanina destina-se hoje quase exclusivamente a cerimónias. O/a leitor/a tem agora à sua disposição espaços bem mais confortáveis, que permitem o estudo isolado, mas também momentos de convivialidade e distensão.

Esse progresso não suprime, contudo, a necessidade de trabalhar de forma concentrada e perseverante.

Por isso, aquela máxima continua a interpelar-nos. Naquele Latim, que já poucos entendem, não está apenas um conselho retórico. Se repararmos bem, nele reside um programa exigente de amadurecimento intelectual e humano que muito importa ainda ter em conta. ●

A FAZER UNIVERSIDADE

Luís Lopes - FEUC e Margarida Antunes - FEUC

Pensar sobre realidades da economia global, o seu ritmo, intensidade e efeitos com o envolvimento da comunidade estudantil, restante comunidade universitária e a cidade de Coimbra são as palavras que melhor definem o Ciclo Integrado de Cinema, Debates e Colóquios na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) que decorreu durante cinco anos letivos, entre 2006 e 2011.

Cada um dos ciclos tinha um tema genérico, sendo a sua discussão feita em várias sessões, cada uma com o seu subtema. Cada uma destas sessões incluía um momento de projeção e debate de um filme ou documentário no Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV) que era aberto gratuitamente aos cidadãos de Coimbra. Várias destas sessões envolveram também colóquios ou conferências, realizadas na FEUC e essencialmente dirigidas à comunidade académica.

Em cada um destes momentos, a fase de debate contava com a presença de académicos, nacionais e estrangeiros, de especialistas nos temas abordados, por vezes do próprio realizador do filme ou documentário e ainda de pessoas da sociedade civil. Pretendia-se com estes comentários ajudar os estudantes, e igualmente o público da cidade, a questionar o que a tela mostrava, a questionar a realidade que os filmes ou documentários reconstruíam e que, eventualmente, antecipavam como também a ajudar a aprender a ler cinema. Era também organizado um caderno de textos de apoio à análise de cada tema tratado. Estes cadernos tinham um duplo papel. Por um lado, suscitar a curiosidade e o trabalho autónomo do estudante sobre o tema em apreciação; por outro, disponibilizar ao estudante e à cidade de Coimbra textos de referência em português sobre matérias específicas da economia contemporânea.

Esta iniciativa foi o resultado de um caminho começado em meados da década de 1990 em Economia Internacional, unidade curricular do terceiro ano da licenciatura em Economia da FEUC. Sendo uma disciplina de base teórica, julgou-se relevante motivar o estudante a partir do conhecimento da realidade económica associada a esta disciplina. Considerou-se mais tarde que certos filmes ou documentários poderiam ajudar a despertar o interesse em refletir essa realidade e, mais, poderiam ajudar a repensar essa mesma realidade à luz das teorias económicas estudadas. Por esta via, pretendia-se promover em cada estudante o cidadão capaz de refletir, pensar criticamente as questões do seu tempo, a sua sociedade, a sua economia, função essencial da Universidade. Exigia-se igualmente a transposição deste exercício para escrito com

Não é exagero assim considerar-se que o Ciclo Integrado de Cinema, Debates e Colóquios na FEUC esteve, acima de tudo, a fazer Universidade.

a elaboração de uma revisão crítica do filme ou documentário, contando o estudante como suporte o caderno de texto de apoio respetivo.

A experiência do Ciclo levou a que ainda hoje, em Economia Internacional, os estudantes tenham a oportunidade de ver um filme ou um documentário e escrever a respetiva revisão crítica e o propósito continua o mesmo. Este está bem ilustrado nas palavras de dois deles escritas na revisão crítica sobre o documentário *O Capital no Século XXI*, baseado no livro com o mesmo nome de Thomas Piketty, projetado no presente ano letivo: “é preciso realçar e agradecer à organização desta unidade curricular a oportunidade que nos foi dada, para pensar por nós, para desenvolver o nosso espírito crítico, mas principalmente para estarmos cientes da situação política atual e do estado da sociedade.”

Tendo em conta a origem deste Ciclo, a sua equipa organizadora era constituída pelos três docentes de Economia Internacional: Júlio Mota, o grande impulsionador e construtor da iniciativa, e nós próprios. Contou sempre com o apoio da direção da FEUC e a colaboração do Núcleo de Estudantes de Economia da Associação Académica de Coimbra, da coordenação do Núcleo de Economia da FEUC e da direção do TAGV, surgindo a partir do terceiro ciclo o Ciclo Temático DOCTAGV/FEUC. Para a sua concretização, foi imprescindível o apoio financeiro da Caixa Geral de Depósitos e da Fundação para a Ciência e Tecnologia, ao qual se juntou o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, em dois ciclos, da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e da Atalanta Filmes, num dos anos.

Os temas abordados foram de âmbito variado: distribuição de rendimento, mercado de trabalho, migrações, pobreza, Zona Euro, Europa de Leste, África, globalização da produção, liberalização do comércio, mobilidade

do capital, ambiente, entre outros. Para os tratar, contou-se com diversas maneiras de ver, diversos olhares críticos sobre diferentes ângulos da realidade contemporânea, da responsabilidade de cerca de centena e meia de convidados, sendo um terço estrangeiros, da Europa, dos EUA, da República do Congo, de Marrocos, do México. Entre os convidados estrangeiros, podem ser referidos Alice Sindingre, Ben Fine, Jan Toporowski, Machiko Nissanke (os quatro da School of Oriental and African Studies [SOAS], University of London), Henri Sterdyniak, Jérôme Creel (ambos do Observatoire français des conjonctures économiques [OFCE], Paris), Gerald Epstein, Stephanie Luce (os dois da University of Massachusetts Amherst), Achim Truger (Macroeconomic Policy Institute, Dusseldorf), David Howell (Milano The New School for Management and Urban Policy, Nova Iorque), Dominique Plihon (Université Paris Nord 13), El Mouhoub Mouhoud (Université Paris Dauphine), Jacques Mazier (Université Paris-Nord), James K. Galbraith (University of Texas at Austin), Joachim Becker (Vienna University of Economics and Business), Joaquín Arriola Palomares (Universidad del País Vasco), Mario Nuti (Sapienza Università di Roma) e Sami Naïr (Conselheiro do governo de Leonel Jospin, França). Dos convidados nacionais, João Cravinho (Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento), João Ferreira do Amaral (Instituto Superior de Economia e Gestão [ISEG], Universidade de Lisboa) e José da Silva Lopes (antigo Governador do Banco de Portugal) tiveram presença assídua.

Esta é uma brevíssima história de uma iniciativa que ao promover o conhecimento e o pensamento crítico do estudante e ao contribuir para a formação cívica dos cidadãos de Coimbra cumpriu a missão da Universidade de Coimbra cujos estatutos, no artigo 2.º, a seu propósito referem: “A Universidade de Coimbra é uma instituição de criação, análise crítica, transmissão e difusão de cultura, de ciência e de tecnologia que, através da investigação, do ensino e da prestação de serviços à comunidade, contribui para o desenvolvimento económico e social, para a defesa do ambiente, para a promoção da justiça social e da cidadania esclarecida e responsável e para a consolidação da soberania assente no conhecimento.” Como reconhecimento da importância desta iniciativa, a própria Universidade de Coimbra incluiu uma das sessões dos últimos três ciclos na sua Semana Cultural.

Não é exagero assim considerar-se que o Ciclo Integrado de Cinema, Debates e Colóquios na FEUC esteve, acima de tudo, a fazer Universidade. ●



DEMO- -BIBLIO- DIVER- SIDADE

PAULA SEQUEIROS — CES
Investigadora Associada

Como serão as bibliotecas do ensino superior desejáveis? Há outras? Exponho duas questões centrais: *democracia com diversidade, leituras diversas com adequação de espaços e de objetos de leitura.*

A biblioteca é feita de espaço.

Começo por um aspeto que dá forma à leitura, sentido mas pouco pensado. Em bibliotecas que não sejam pessoais nem de acesso privado, faz-se leitura pública. Ao ler, apropriamo-nos do espaço de acordo com regras ou usos da instituição e com o que antecipamos ser adequado. A leitura praticada molda diversos lugares e é sentida e valorizada de diferentes modos. Varia como a gente que lê: só ou em grupo, com diversidade de género, funcional, cultural, racial, de idade, nacionalidade, língua, com ou sem familiaridade com a leitura e o espaço.

A leitura pede lugar

Refiro-me à leitura oferecida na biblioteca através de documentos de texto, imagem, som ou multimédia, físicos ou digitais. O espaço é recurso primário para os modos de ler. O espaço recebe quem e como? Qualquer pessoa pode esperar ser bem acolhida? Há acessibilidade física e digital? Num espaço de uso coletivo, como o da biblioteca pública ou do ensino superior, que leituras desejamos e não podemos concretizar? Conhecido o espaço, podemos de algum modo modificá-lo no ato de ler, torná-lo um canto nosso escolhendo ou afeiçoando níveis de ruído, conforto, tranquilidade, azáfama? Se o espaço praticado são os lugares, pessoas diferentes enriquecê-lo-ão com a pluralidade de lugares que criam. O que pode ser não só aceite como encorajado, criando condições para atmosferas várias de leitura.

Complicado? Lembrem-se de uma leitura agradável, de estudo ou lazer. Como aconteceu? Em leitura pública (biblioteca municipal, do superior) como foi praticada? Como sentiram a leitura de terceiros? Se estudo é trabalho, o que propiciou esse agrado? Os lugares continham a diversidade de pessoas e usos que referi a abrir o texto?

Diferença e diversidade, atmosferas de leitura

Diferentes leitoras/es, diferentes momentos e interações, diferentes leituras, diferentes espaços e regras de uso levar-nos-iam a imaginar e a desejar distintas atmosferas de leitura. A existência de espaços abertos, acolhedores física e relacionalmente também pode ser lida. Onde? Na produção flexível de lugares onde espicaçar a curiosidade, ler, pensar, escrever, surpreender e confrontar, trocar ideias, encontrar união ocupacional com outras pessoas leitoras. Lugares que são feitos em processos sociais de leitura, convivialidade, reflexão, copresença respeitosa, sem ignorar conflitos, mas assumindo abertura com espírito crítico e compromisso social, e com ligação e atenção à sociedade. Portas adentro, por vezes, individualidade e pluralidade ajustam-se. Um só espaço, diferentes lugares.

Prossigo com uma exigência fundamental da leitura pública: abrir-se às pessoas que já a procuram e, portas afora, fomentar a entrada. Não estarão longe outras pessoas, outras leituras. Certamente entre aquelas com quem a comunidade – estudantes inscritos ou autónomos, docentes, trabalhadoras/es na instituição – pode manter um diálogo mediado pela biblioteca e imaginar atividades de leitura e de fruição cultural e cidadã. Assim se entenderá como alargar extra-muros e a quem. Poderão ser movimentos sociais, cooperativas, associações, grupos de leitura ou de atividades culturais, livrarias, arquivos, pessoas que venham dando voz a formas várias de cidadania e participação enriquecedoras dos panoramas intelectuais e da vida aprendente dentro do ensino superior.

A boa biblioteca do futuro é a que se espera hoje e se faz ou se transforma agora. (...) [O] caminho faz-se a ler, com exigência cidadã.

Complicado? Recordam-se de aprendizagens proveitosas fora da aula e que formaram modos de pensar e de atuar? Foram estudo? Foram trabalho? Cuidar das relações com a envolvente social, territorial de um estabelecimento, cuidar de quem lê é uma forma de trabalho dos cuidados que as bibliotecas podem incorporar. As que o desenvolvem criam uma história de vida democrática com a comunidade escolar, local e de ligação à sociedade. Essa história ganha corpo em usos que se tornam esperados no espaço assim melhorado.

Objetos de leitura

Dentro das bibliotecas há objetos organizados com finalidades: leitura para recreação, prazer, aprendizagem, trabalho como profissão, trabalho dos cuidados.

Parece questão de bom senso que a extensão das prateleiras ou o número de objetos de leitura não esclarece sobre a relevância de cada biblioteca – nem se mede ao metro nem ao quilo nem ao Euro. Uma pequena biblioteca – ou pequena coleção – é-nos grande ao conter documentos raros ou temáticas singulares, ao facilitar o tropeço no inesperado, encontros que elucidam ou apoiam, cruzamentos com gente que nos forma por não ser como nós somos, ao ser afável no espaço e no acolhimento, ao conseguir-nos a leitura que, sós, não conseguíamos.

Aqui põe-se outra questão central: *a bibliodiversidade*. A palavra é longa mas vale a pena. Fala de riqueza em diversidade e não tanto em dimensão física ou preço. Defende ações transformadoras: liberdade de expressão e de acesso à expressão, diversidade das línguas e expressões culturais, solidariedade face às relações de poder na edição globalizada e à relação Norte/Sul no ensino.

Vale a pena? Seja a pena feita de distância ou desconforto, ou de conexão tremida, pode valer muito. Porque abre caminho às perguntas do início do texto e acompanha na procura de soluções.

E agora?

Projetar uma biblioteca do superior bibliodiversa, acolhedora e que inclua, com expressão livre e livre acesso à expressão, requer outros saberes e afazeres, o enraizamento na justiça social e a escuta dos ensejos democráticos por concretizar. Um afazer a desenvolver é cruzar as duas questões numa *demo(pessoas)-bibliodiversidade* (objetos e espaços) em que basear as políticas das bibliotecas.

A boa *biblioteca do futuro* é a que se espera hoje e se faz ou se transforma agora. Financiamento e qualificação do pessoal são conhecidamente poucos. Para o fundamental a tecnologia existe. Por fazer, *o caminho faz-se a ler* e com exigência cidadã. ●

BIBLIOTECA JACQUES DELORS: INFORMAÇÃO EUROPEIA ESPECIALIZADA AO SEU ALCANCE



Jacques Delors
biblioteca

CÉLIA SANTOS *Bibliotecária*
CARLOS MEDEIROS *Coordenador da Unidade de Informação e Comunicação*

A Biblioteca do Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), também denominada Biblioteca Jacques Delors, é um espaço de pesquisa, estudo e investigação, cujo principal objetivo é permitir o acesso à informação e documentação pública sobre a União Europeia (UE).

A Biblioteca situa-se junto aos Serviços de Documentação da Reitoria da Universidade de Lisboa, no edifício Caleidoscópio (Campo Grande). Disponibiliza um acervo com mais de 90.000 documentos que resulta da fusão dos fundos do CIEJD, do Centro de Documentação da Direção-Geral dos Assuntos Europeus (Ministério dos Negócios Estrangeiros) e das doações (ainda em tratamento) do Centro de Documentação da Representação da Comissão Europeia em Portugal e do Gabinete de Informação do Parlamento Europeu em Portugal. Este acervo conta com, por exemplo, a edição completa do Jornal Oficial da União Europeia desde 1958.

Os serviços que presta, presencialmente e à distância, incluem atendimento, serviço de referência, leitura presencial, empréstimo domiciliário, empréstimo inter-bibliotecas e serviços em linha através da base de dados da Infoeuropa.

A Biblioteca faz parte do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, inaugurado a 27 de março de 1995, no Centro Cultural de Belém (CCB), como resultado de uma iniciativa conjunta entre a Comissão Europeia e o Estado português.

O seu patrono Jacques Delors (Jacques Lucien Jean Delors), à altura Presidente da Comissão Europeia, associou-se à iniciativa e esteve presente não só na inauguração do CIEJD, como também em outros momentos marcantes da sua história.

Durante os primeiros anos, a Biblioteca, sediada no Centro Cultural de Belém, teve a designação de Mediateca, oferecendo um amplo espaço de estudo e consulta, com informação atualizada, com meios técnicos e tecnológicos desenvolvidos e com um grupo de colaboradores preparados e capazes de responder a todas as solicitações.

Além de zona de estudo, pesquisa e investigação, existia uma área dedicada a publicações de distribuição gratuita sobre a União Europeia, editadas pelo Serviço das Publicações da União Europeia (brochuras, mapas

e folhetos), contendo informação prática dirigida a vários níveis de ensino e ao público interessado.

Em 2004, a Biblioteca migra para uma nova solução de software de gestão de documentação e de bibliotecas, viabilizando um acesso em linha, fácil e intuitivo, ao catálogo da Biblioteca, a Infoeuropa: <https://infoeuropa.euroid.pt/>.

Em 2010, o Arquivo de Integração Europeia (coleção dos documentos preparatórios para a adesão de Portugal às Comunidades Europeias) é tratado e integrado na Infoeuropa e é lançada uma solução inovadora permitindo que o Cartão de Cidadão (CC) passe a funcionar como cartão de utilizador. A Biblioteca do CIEJD foi, assim, dos primeiros serviços públicos a disponibilizar esta funcionalidade de registo, acrescentando um novo serviço aos já disponíveis – o empréstimo domiciliário à distância. Este projeto foi referenciado como um exemplo a replicar por entidades que gerem centros de documentação, bibliotecas, ou outros serviços como modo de operação idêntico.

Em 2011, verificou-se uma nova mudança de instalações do Centro, passando este a integrar o espaço físico da Direção-Geral dos Assuntos Europeus, no Palácio da Cova da Moura. As novas instalações não tinham condições para receber uma Biblioteca, pelo que, em março de 2012, foi celebrado um acordo entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Universidade de Lisboa, passando a Biblioteca a funcionar na Reitoria desta Universidade. Para preservar a sua associação ao CIEJD, em 2013, a Biblioteca ganhou o nome do seu patrono, Jacques Delors.

Já em 2016, com a reabertura do edifício Caleidoscópio no Jardim do Campo Grande, a Biblioteca volta a mudar para estas novas instalações, onde partilha o espaço com os Serviços de Documentação da Universidade de Lisboa até ao presente.

A localização e o novo espaço viabilizaram a realização de inúmeras iniciativas, entre as quais o Ciclo de Encontros “Tributo a Europeus Notáveis” que, entre 2016-17, se realizaram no Auditório, destacando um conjunto de personalidades que marcaram a vida nacional e influenciaram, positivamente, o Portugal Europeu. Para este ciclo, a Biblioteca elaborou bibliografias de cada uma das

“Nenhuma biblioteca pode pretender possuir toda a informação, pelo que os protocolos e a entreaajuda entre serviços documentais é fundamental.”

personalidades homenageadas⁽¹⁾. Para além dos Encontros, realizaram-se, no mesmo espaço, algumas cerimónias públicas de entrega do Prémio Jacques Delors e ainda outros eventos promovidos e apoiados pela Biblioteca.

Depois deste breve passeio pelo passado, resta reforçar que hoje a Biblioteca continua a ser uma referência para quem procura informação sobre temas europeus. Para tanto, contamos com a preciosa colaboração de editoras parceiras e de bibliotecas congêneres nacionais e europeias. Nenhuma biblioteca pode pretender possuir toda a informação, pelo que os protocolos e a entreaajuda entre serviços documentais é fundamental. A título de exemplo, refira-se que apenas através da pertença à rede de bibliotecas das instituições europeias (Eurolib) é possível garantir que o empréstimo entre bibliotecas seja gratuito.

Falando ainda de parcerias (e não só) com serviços semelhantes, há ainda que mencionar alguns outros exemplos de frutuosas colaborações: as permutas de publicações; os acordos com as editoras; o repositório da Fundação União Europeia - América Latina e Caraíbas (Fundação UE-LAC), desde 2017 e a coleção do boletim “A folha”⁽²⁾ do Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia.

A Biblioteca Jacques Delors continua a prestar um serviço que julgamos de utilidade pública, a acreditar nos resultados dos questionários anuais. Continuamos a acolher, da melhor forma possível, todos os nossos utilizadores, sejam eles indivíduos ou instituições. A todos damos prioridade, a todos recebemos bem e tudo fazemos para que, no final, o utilizador fique satisfeito. ●

1 [https://infoeuropa.euroid.pt/pesquisar/\(Ciclo+de+Encontros+Tributo+a+Europeus+Notaveis\)+AND+\(WTI=\(bibliografia\)\)/](https://infoeuropa.euroid.pt/pesquisar/(Ciclo+de+Encontros+Tributo+a+Europeus+Notaveis)+AND+(WTI=(bibliografia))/)

2 https://infoeuropa.euroid.pt/opac/?func=find-c&ccl_term=wti%3D%28a+folha%29+and+wftm%3D%28an%29&adjacent=N&local_base=XCIE01&con_lng=por

PEDRO NOGUEIRA RAMOS

LUÍS CRUZ FEUC

Pedro Miguel Girão Nogueira Ramos (1957-2021), economista e Professor Catedrático da FEUC, dedicou uma parte importante da vida às Estatísticas, com enfoque predominantemente direcionado para a dimensão regional. Assumia as Estatísticas, em primeiro lugar, como um instrumento de autocohecimento das sociedades e, enquanto tal, fundamentais para o desenho de políticas públicas ou a aplicação de quaisquer mecanismos de intervenção social, com o fim último de promover o bem-estar coletivo. Por outro lado, considerava-as também como uma matéria-prima essencial da investigação científica, ingrediente fundamental para o desenvolvimento humano.

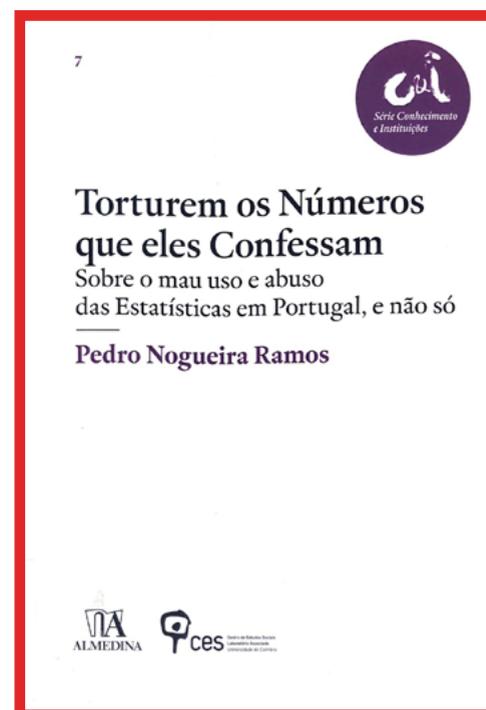
Entre outros temas de particular interesse, Pedro Ramos dedicou um dos mais absorventes e aliciantes períodos da sua vida (como ele próprio qualificou) à produção de Estatísticas, com qualidade técnica, rigor, isenção e sensibilidade sobejamente reconhecidas. Trabalhou no Instituto Nacional de Estatística (INE) durante mais de uma década, grande parte deste tempo dirigindo o Serviço de Estudos e Difusão da Direção Regional do Centro e, no termo desse período, como Diretor das Contas Nacionais. Foi consultor do EUROSTAT em matéria de Contas Regionais e foi também membro da Comissão para a Análise das Contas Públicas (presidida por Vítor Constâncio), que determinou o valor do défice público de 2001. Destaque ainda, ao nível da produção de Estatísticas, para o extraordinário contributo que deu para o desenvolvimento metodológico e implementação empírica das Contas Regionais, sobretudo em Portugal, mas também na Europa.

Dedicou igualmente uma parte relevante da sua vida e obra, mormente na vertente académica, ao uso e interpretação das Estatísticas, distinguindo-se pelas suas capacidades técnico-científicas e pedagógico-didáticas. De entre a vasta obra que nos deixou e inspira, particularizamos aqui duas publicações, uma mais direcionada ao uso e outra à interpretação das Estatísticas.

Pedro Ramos foi mentor e precursor do “Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio” (EPPC), publicado pelo INE, que constitui um dos seus legados mais visíveis no campo das estatísticas oficiais. Este trabalho caracteriza os municípios portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, a partir de um conjunto de indicadores resultantes de um modelo de análise fatorial: o Indicador per capita de poder de compra (IpC), a Percentagem de Po-

der de Compra (PPC), indicador derivado do IpC, e o Fator Dinamismo Relativo (FDR). A grande vantagem dos indicadores construídos no âmbito deste estudo decorre de constituírem informação à escala municipal, quando se sabe que não é possível satisfazer os requisitos de informação e o normativo concetual de indicadores de síntese macroeconómicos mais convencionais como o PIB, o rendimento ou a despesa com o suficiente detalhe espacial. Pedro Ramos foi o técnico responsável pela conceção e elaboração das 7 primeiras edições do EPPC, entre 1993 e 2007. A sua 14ª edição (de 2021, com informação estatística reportada a 2019), mantém ainda, no essencial, a metodologia e os indicadores então propostos, com atualização e alargamento do vasto leque de variáveis consideradas para a construção dos indicadores. Este trabalho proporciona, reconhecidamente, o melhor indicador de síntese sobre a riqueza económica por concelho, além de permitir a análise da sua dinâmica, sendo de destacar que o seu uso tem sido basilar, em inúmeros fóruns e circunstâncias, no suporte à análise e conceção de políticas públicas à escala local e/ou regional.

Por último, mas certamente ainda mais emblemático: “Torturem os números que eles confessam: Sobre o uso e abuso das Estatísticas em Portugal, e não só” (Almedina, 2013), é a sua obra mais conhecida do grande público. É um livro que assinala a importância das Estatísticas, mas que também nos provoca e chama a atenção para a possibilidade do seu mau uso e interpretação perniciosos, seja por ignorância ou até de forma mal-intencionada. Em boa verdade, debruça-se especialmente sobre a (má) interpretação das Estatísticas. Por entre a apresentação de múltiplos exemplos de mitos e “mal-entendidos”, que se (proto)fundam em Estatísticas, e que com frequência moldam os debates políticos e económicos, Pedro Ramos defende de forma consequente e inspiradora o papel dos números e da quantificação em geral no debate social informado, aproveitando a ocasião para, sem pejo, expressar as suas preferências políticas. Uma obra de grande sucesso, que ilustra a centralidade que as Estatísticas, nas suas várias dimensões - da produção, do uso e da interpretação - representaram na carreira de um académico que contribuiu para a ciência económica e regional com inúmeros desenvolvimentos metodológicos, nomeadamente ao nível da produção de indicadores, mas que é talvez mais (re)conhecido pelo seu contributo e entusiasmo ao nível da economia aplicada, a Portugal, com particular destaque para a sua dimensão (inter)regional. ●



<https://ces.uc.pt/publicacoes/ces-almédina/livros/torturem-os-numeros-que-eles-confessam>



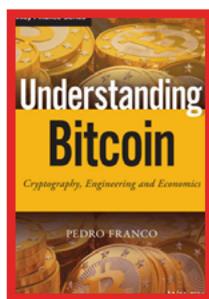
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=263166475&PUBLICACOESmodo=2

UNDERSTANDING BITCOIN: CRYPTOGRAPHY, ENGINEERING AND ECONOMICS

Pedro Franco, Madrid 2020.
Wiley

[339.3 FRA]

António Portugal Duarte — FEUC



Editado em 2015, *Understanding Bitcoin* é um livro de leitura obrigatória para todos aqueles que desejam conhecer de forma simples e compreensível, o admirável, mas ainda incerto, mundo da bitcoin e das criptomoedas. Sem abdicar de uma linguagem técnica, a obra proporciona um excelente guia para uma boa compreensão do funcionamento da bitcoin enquanto fenómeno monetário revolucionário com implicações para a condução da política monetária, em reação à regulação financeira adotada na sequência da crise financeira internacional de 2007-8.

O livro começa por apresentar alguns conceitos básicos e por discutir os argumentos económicos e comerciais a favor e contra a utilização da tecnologia bitcoin. Analisa, em seguida, a designada criptografia de chave pública, a cadeia de blocos (*blockchain*), as carteiras (*wallets*) onde são guardadas as bitcoins e o processo de mineração (*mining*), um dos expedientes como podem ser obtidas as bitcoins, através do qual se determina a oferta deste ativo. O livro termina analisando algumas formas alterna-

tivas de criptomoedas baseadas na bitcoin (*alt-coins*), de novas aplicações além dos sistemas de pagamentos e de novas técnicas para salvaguardar a sua privacidade e a sua natureza descentralizada, não deixando de discutir alguns desenvolvimentos recentes no mundo da criptografia.

De salientar ainda o cuidado do autor na utilização de frequentes análises gráficas quantitativas de suporte à exposição teórica do tema, o que sem dúvida enriquece a compreensão do fenómeno das criptomoedas, mas que carece da necessária atualização tendo em conta que se trata de um mundo em constante mutação, com enorme crescimento e uso globalizado, e sobretudo a natureza bastante volátil das variáveis objeto de análise, nomeadamente a variável preço.

O livro é um importante instrumento de análise e compreensão da tecnologia associada ao uso das criptomoedas e dos desafios que possam vir a colocar-se à condução da política monetária, bem como às suas futuras implicações económicas e tecnológicas.

BREVE RELATO DO NOSSO ENCONTRO COM BLAISE PASCAL

Cipriano Justo, Vila Nova de Famalicão, 2020
Edições Húmus

[6 14 JUS]

Pedro Lopes Ferreira - FEUC



O livro descreve o processo liderado por um grupo de cidadãos que levou à aprovação da nova Lei de Bases da Saúde, passo extremamente importante para a revisão do Estatuto do SNS. Pretendeu esta iniciativa cidadã contribuir para que o nosso SNS se modernize em termos organizativos, com maior envolvimento da comunidade local e recursos para responder de uma forma mais efetiva aos novos e velhos desafios que o sistema de saúde enfrenta, muitos deles “destapados” pela pandemia Covid-19.

Isto é ilustrado quando neste livro se afirma que “é verdade que uma boa lei de bases da saúde não faz a Primavera da política de saúde do país, mas passa a representar um quadro de referência a partir do qual se podem construir boas soluções”.

Ao longo do texto, dedicado a António Arnaut e a João Semedo, são revistas as várias diligências efetuadas junto do primeiro-ministro, do PS e restantes partidos da comissão parlamentar da saúde. É também referida a elaboração do denominado Manifesto dos 101, entretanto subscrito por profissionais do

setor e convertido, mais tarde, numa subscrição pública intitulada “Pela nossa saúde” e apoiada por mais de 4700 cidadãos. Esta subscrição, apresentada e discutida na Assembleia da República, acabou por ser votada em 19 de julho de 2019 às 15:26 horas, como corolário do “maior e mais esclarecido debate público sobre política de saúde” em Portugal. A elaboração do *manifesto dos 101* subscrito por profissionais do setor, convertido mais tarde numa subscrição pública denominada “Pela nossa saúde” apoiada por mais de 4700 cidadãos, apresentada e discutida na Assembleia da República. Acabou por ser votada em 19 de julho de 2019 às 15:26 horas, como corolário do “maior e mais esclarecido debate público sobre política de saúde” em Portugal.

O que se passou desde 1 de junho de 2017 a 19 de julho de 2019 foi “desequilibrar a homeostase do sistema”, aplicando à saúde o princípio de Pascal onde se afirma que “o aumento de pressão em um ponto do líquido em equilíbrio é transmitido integralmente para todos os outros pontos desse líquido e das paredes do recipiente onde ele está contido”.

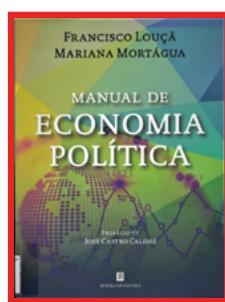
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Av. Dias da Silva, 165, 3004-512 Coimbra — uc.pt/feuc — Contactos +351 239 790 504 — biblioteca@fe.uc.pt — <https://www.facebook.com/FEUCBiblioteca> — Design Editorial: Duplo Network / Fotografia de Capa Pedro Medeiros

MANUAL DE ECONOMIA POLÍTICA

Francisco Louçã
e Mariana Mortágua, Bertrand
Editora, Lisboa, 2021

[330.1 LOU]

João Rodrigues — FEUC



Já alguém disse que a economia deixou de ser a resposta para passar a ser a questão. Hoje, quase ninguém duvida que a economia substantiva é política do princípio ao fim e que a ciência económica convencional, quando reduzida a uma racionalização matematicamente sofisticada do privilégio mais grosseiro, é certamente parte do problema.

Na melhor tradição da economia política com experiência parlamentar, de David Ricardo a Gunnar Myrdal, dois economistas também académicos oferecem-nos neste manual uma atualizada introdução à fronteira do conhecimento nesta ciência apesar de tudo plural e

conflitual – da economia comportamental à das desigualdades. Fazem-no com atenção ao contexto histórico-geográfico, num livro culto e com lastro, das ideias aos factos económicos.

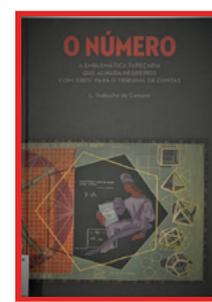
Dirigido a estudantes de economia, pode ser lido e consultado com proveito por outros cientistas sociais e por todos os outros cidadãos portugueses interessados, até porque nele abundam os exemplos da realidade nacional. Este manual contrasta com abordagens convencionais aparentemente desenraizadas, mas na realidade tributárias de fracassados consensos, forjados algures entre Washington e Frankfurt.

O NÚMERO: A EMBLEMÁTICA TAPEÇARIA QUE ALMADA NEGREIROS CONCEBEU PARA O TRIBUNAL DE CONTAS

Kurki, Milja. 2020.
Oxford University Press

[510 CAM]

Teresa Pedroso de Lima — FEUC



Escolhi o livro “O Número: a emblemática tapeçaria que Almada Negreiros concebeu para o Tribunal de Contas” de L. Trabucho de Campos.

“O Número enquanto expressão da ação e do controlo financeiro” terá sido a motivação para a edição de um estudo sobre a Tapeçaria - *O Número* -, no âmbito das comemorações do 630.º aniversário da Casa dos Contos – atual Tribunal de Contas, com o propósito, assumido, de “projetar a instituição para além das suas «portas»”.

Encomendada em 1954 a Almada Negreiros – que, numa entrevista, afirma ter procurado fazer uma cronologia do

conceito de número, ferramenta fundamental da profissão de contador –, esta peça artística é apresentada pelo matemático Luís Trabucho de Campos, que nos convida a interpretar o pensamento de Almada Negreiros, em viagem (magnificamente ilustrada) que cruza constantemente a geometria e a arte. Uma boa sugestão para quem gosta de ler além do que está escrito.